
Viability analysis of insertion of pounds in the early years and its insertion in ENEM

Análise da viabilidade da inserção de libras nos anos iniciais e sua inserção no ENEM

Received: 2023-02-10 | Accepted: 2023-03-20 | Published: 2023-03-30

Ronaldo do Nascimento Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5957-9518>

Universidade Estadual de Goiás - UEG, Brasil

E-mail: dr.ronaldocarvalho@gmail.com

Valeska Regina Soares Marques

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1274-9345>

Instituto Internacional de Educação e Pesquisa, Brasil

E-mail: valeska_br@hotmail.com

Joana D arc Bardella Castro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3048-3483>

Universidade Estadual de Goiás - UEG, Brasil

E-mail: joanabardellacastro@gmail.com

ABSTRACT

This article seeks to analyze the viability of including Libras in the context of teaching in the early years (basic and fundamental education) and its inclusion in the ENEM test. Considered, since 2002, as the second official language of Brazil through Law No. 10,436, of April 24, 2002, by adopting the Brazilian Sign Language as a means of communication and expression - Libras, considered a visual-motor language, with a structure own grammar. In the general objective, it analyzes the feasibility of including the teaching of the discipline, in the early years of education, as well as the inclusion of questions in the ENEM test. The methodological assumptions are of a qualitative approach through bibliographical research. Thus, it is concluded that education has a fundamental role in the formation of the individual for the construction of knowledge. So, it is in this process that social inclusion should be considered that the insertion of sign language and in ENEM, as a duty of all and governmental spheres, in order to guarantee the necessary support to meet the demands of society. Therefore, language is an instrument for the deaf subject to have his guarantee of his full social and educational development.

Keywords: Early Years; ENEM; Pounds.

RESUMO

Este artigo busca fazer uma análise da viabilidade da inserção de libras no contexto do ensino dos anos iniciais (educação básica e fundamental) e sua inserção na prova do ENEM. Considerada, desde 2002, como segunda língua oficial do Brasil através da lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, ao adotar como meio de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras considerada uma língua de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria. No objetivo geral, analisa a viabilidade da

inclusão do ensino da disciplina, nos anos iniciais da educação, assim como a inclusão de questões na prova do ENEM. Os pressupostos metodológicos são de abordagem qualitativa através de pesquisa bibliográfica. Dessa forma, conclui-se que, a educação tem um papel fundamental na formação do indivíduo para a construção do conhecimento. Então, é nesse processo que deve inclusão social que são considerados a inserção da língua de sinais e no ENEM, como dever de todos e esferas governamentais, no intuito de garantir o suporte necessário para atender as demandas da sociedade. Portanto, a linguagem é um instrumento para que o sujeito surdo possa ter sua garantia ao seu pleno desenvolvimento social e educacional.

Palavras-chave: Anos Iniciais; ENEM; Libras.

INTRODUÇÃO

A inclusão de libras vem ocorrendo de maneira gradativa no Brasil, como meio de oferecer oportunidade de inclusão a uma parte da sociedade na gama de ensino e, assim, formar novos profissionais com habilidades que possam fazer diferencial na sociedade moderna. Os programas de ensino, ao abraçarem esta disciplina, mostram-se dispostos não só a seguir a legislação nacional, mas também abrir caminhos no processo ensino-aprendizagem ao incluir pessoas que antes não eram visibilizadas na esfera educacional e, por conseguinte, no mercado de trabalho. A proposta, portanto, não se rende apenas no ensino superior, mas sim se encontra focada na porta de entrada que no Brasil é centralizada no exame nacional do ensino médio (ENEM) e verificar a possibilidade de adotar a disciplina libras no rol de conhecimentos para serem aferidos como medida importante a possibilitar educação de qualidade.

A justificativa da presente pesquisa está em conectar a importância do ensino de libras nos anos iniciais da educação básica e fundamental, bem como na prova do ENEM e no ensino superior e como realizar os procedimentos e o impacto na comunidade local. Como docente universitário, verifico que a procura pela disciplina tem aumentado nas grades dos cursos das universidades com intuito de adaptar-se a nova realidade e proporcionar a formação de futuros cidadãos e afastar o dogma do preconceito, permitindo a inclusão de milhões de pessoas.

Se a Libras, é considerada como segunda língua no Brasil e é disponibilizada no ensino médio, mesmo que facultativa qual a viabilidade da inclusão do ensino de línguas de sinais, nos anos iniciais da educação, assim como sua inclusão em questões na prova do ENEM? Diante dessa indagação, parece relevante posicionar sobre o surgimento da disciplina como fator de integração social, vez que influência o início do século XXI com diretrizes que possam avançar no processo linguístico e cognitivo de milhares de pessoas, como se percebe, por exemplo, nas redes sociais e transmissões online de esferas governamentais e privadas que fazem a tradução simultânea, abrindo janela de oportunidades a todos.

No que se refere ao objetivo geral, é analisar a viabilidade da inclusão do ensino de línguas de sinais, nos anos iniciais da educação, assim como a inclusão de questões na prova do ENEM. Já os objetivos específicos são: destacar a importância da língua de sinais; compreender a inserção da língua de sinais brasileira como marco na educação e na inclusão social; e discutir sobre o ensino de libras nos anos iniciais e no ENEM como inclusão de uma perspectiva social.

Os pressupostos metodológicos que orientam nesse estudo, foram com abordagem qualitativa através de pesquisa bibliográfica, por meio de livros, artigos, materiais de internet, dentre outros.

Dessa forma, o presente artigo foi disposto em três seções, nas quais está a primeira com abordagens sobre a importância da língua de sinais, embasando um estudo sobre a língua de sinais, enquanto, inclusão social se aporta como a possibilidade de fazer dos discursos dos surdos, territórios audíveis que se incorporam na história comum, tanto como necessidade e oras como estratégia da exequibilidade ou legitimidade de uma preleção política dos mesmos. Que servirá neste caso aos interesses desses sujeitos como utilidade e identidade de suas expressões e associações que fazem os mesmos serem incluídos nas relações sociais, como aqueles que evocam um lugar no real.

Na segunda seção, tem-se acerca a inserção da língua de sinais brasileira como marco na educação e na inclusão social, bastante importante e que se restringir no campo educacional, trazendo um conceito de inclusão que porvir permeia a paisagem em diversas linhas de definições, teorias, subjetividades e etc., elaborando uma vasta discussão ainda ser travada e enfrentada nos variados campos da condição e vida humana.

Na terceira seção, introduz em face do ensino de libras nos anos iniciais e no ENEM como inclusão de uma perspectiva social, dentro dos aspectos da educação como uma função importante por constituir uma difusão linguagem, que representa um mecanismo para a construção de significados e acesso ao conhecimento produzido, possibilitando a aprendizagem de novos contextos em diversas áreas e idiomas, no intuito de integrar o aprendizado para a inclusão social.

Portanto, a relevância para esse estudo condiz na questão de abrigar no ENEM diz respeito a oferecer novas perspectivas de oferecer acesso a educação de forma inclusiva e de qualidade, bem como impactar positivamente a educação como um todo no país. Neste contexto nos parece relevante posicionarmos o surgimento da disciplina como fator de integração social, vez que influencia o início do século XXI com diretrizes que possam avançar no processo linguístico e cognitivo de milhares de pessoas, como se percebe, por exemplo, nas redes sociais e transmissões online de esferas governamentais e privadas que fazem a tradução simultânea, abrindo janela de oportunidades a todos.

1 A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA DE SINAIS

A escolarização é a forma institucional na qual as realidades culturais e sociais permeiam as dinâmicas do vivo, teorizando os paradigmas científicos e históricos como abertos em uma possibilidade criativa e crítica que permite aos alunos ainda na infância, incorporar os valores humanos que outorgam ao docente um papel de mediador, não como aquele que interliga o conhecimento e o aluno, e sim que facilita ou ainda em outras palavras àquele que prepara o espaço para a aprendizagem. Logo o sujeito exposto a uma língua torna-se capaz de conectar-se com o mundo, ao exigir deste uma assimilação e também aceitação de seus comportamentos em formas de ver e agir como atravessamentos outros que lhes evocam e para os quais são evocados.

Assim, pode-se destacar ainda que, a história humana é um influxo dos paradigmas econômicos e humanistas, que projetam e reformulam a cultura, os corpos e seus discursos que assentando os homens em formas novas de estar e viver sua cidadania. Factualmente a dignidade dos sujeitos na mesma medida em que vai sendo reconhecida, vai também se submetendo a novas estruturas lógicas que gerenciam no tempo os territórios e comportamentos que incidem e operam na vida dos sujeitos seu pertencimento (STAFFEN, 2016), tornando uma realidade que engendra uma subjetividade e uma objetividade social nos quais os agenciamentos dos sujeitos em sua vida cotidiana, perpetuam a língua produzindo a cultura, a criatividade e a crítica do real.

Diante disso, as práticas sociais nesta constante, escrevem e descrevem um discurso de vida que não só elege o pertencimento dos sujeitos, como a sua identidade e as relações humanas que se nutrem de devir e significado e, sim, se coloca em discursos sensíveis e palpáveis que lancem as interpretações individuais em um devir que restabeleça o sujeito a sua dignidade e cidadania. As diferenças dos sujeitos nesta perspectiva tornam as incapacidades e as discrepâncias que podem surgir do e no entendimento, da produção de signos e das associações teóricas, uma retórica não patológica que ultrapassa as limitações físicas ou intelectuais.

O ensino de Libras, enquanto, inclusão social se aporta como a possibilidade de fazer dos discursos dos surdos, territórios audíveis que se incorporam na história comum, tanto como necessidade e oras como estratégia da exequibilidade ou legitimidade de uma preleção política dos mesmos. Que servirá neste caso aos interesses dos sujeitos surdos como utilidade e identidade de suas expressões e associações que fazem os sujeitos serem incluídos nas relações sociais, como aqueles que evocam um lugar no real.

A língua de sinais é a letra feita vida e vida feita letra, não como uma representação simbólica do que se deseja dizer, ou uma simples imagem que traduza a letra ou a vida. Assim, como toda linguagem é ela outrora uma complexidade de sentidos, de harmonias, de encontros e

desencontros que provocam a descobertas, as associações e permite ao surdo ouvir e falar de seu mundo, não como uma realidade a parte do todo e sim como o todo que tem sentido a partir da experiência (SOBRAL; GIACOMELLI, 2018).

Talvez, esta introdução pareça por demasiadamente filosófica e pouco conceitual, contudo, refletir sobre a língua brasileira de sinais é em suma recorrer à subjetividade, que perscruta os caminhos da realidade fazendo das experiências um inconsciente coletivo e ativo que capta os fenômenos e produzem os sentidos que dão a vida a sua alteridade. É nesta cosmogênese que a língua, se torna a atualizadora do próprio sujeito, conforme este vai recortando o real e elaborando nas experiências, o que permite aos sujeitos apreender com os atravessamentos que lhes alcançam. Desencadeando a possibilidade lógica de entender, perceber, interpretar, criar ou desfazer suas próprias crenças, seu lugar e sua identidade.

Sobretudo, a Língua Brasileira de Sinais, mesmo que o nome possa assentar a ideia de um escopo gestual ou mimético de comunicação, esta não se reduz a imitar ou articular sinais que exprimam as vontades ou os discursos dos sujeitos (FOSTER, 2004). Talvez pudéssemos conceituá-la em uma organização lógica das emanações e percepções dos sujeitos atuando na realidade, contudo, podemos naufragar em risco de subjugar-la a um universo excludente e separatista, que unifica a libras ao sujeito em uma incapacidade de fazer uso da linguagem normativa.

Reduzindo por ilação a libras a um instrumento de inclusão como afirma Rodrigues e Valente (2011, p. 23):

[...] ao afirmar que se trata de um sistema “linguístico de transmissão de ideias e fatos”, restringe e minimiza o caráter (do possível) desta língua, tendo em vista que, como qualquer outra, a Libras não somente é um sistema estruturado, mas uma complexa rede de relações que surgem da/na comunidade surda brasileira.

Ignorando, por conseguinte que a língua de Sinais é a forma de comunicação e de caracterização dos sujeitos, que está intimamente ligada às necessidades individuais de identificação social na linguagem humana, cuja é por certo uns entrecortes de discursos que ao consolidar-se no meio social expressa à existência dos sujeitos elaborando não só o diálogo, como o reconhecimento de si, a criatividade das relações humanas, a intelectualidade e necessidades básicas cotidianas (CARVALHO, 2015).

Neste devir a linguagem se torna o aparato real e substancial no qual os homens atuam e constroem seu mundo, seja, interpretando-o ou perfazendo-o na formação de sua corporeidade e prática cognoscente, se tornando no mundo um discurso de si mesmo ao ser atravessado pelos discursos do mundo sobre si, como nos propõe Junior (2010, p. 110):

[...] o sujeito se constitui no e pelo discurso sendo duplamente determinado: pela exterioridade (ideologia) e pela interioridade (inconsciente). Os sujeitos consistem, na verdade, em lugares sujeito a serem preenchidos por diferentes posições-sujeito em determinadas condições, ou formações discursivas.

Isto significa que a linguagem gesta os atravessamentos que tocam os indivíduos, e estes são diagnosticados na medida em que os sujeitos podem apreendê-los e também transformá-los em estruturas outras, passíveis de interpretação (CORMACK, 2004). Assim, as libras como um fluir linguístico atende ao público da comunidade surda produzindo e recriando suas significações, suas leituras da realidade e seus territórios de emanção.

A compreensão das Libras em sua incidência, no entanto, está para além de um escopo linguístico, compostos de sinais e gestos, sintetizando primeiro o reconhecimento da população surda e seu direito cooperarem, estar e interagir no mundo, pelas artes, músicas, filmes e as variadas expressões culturais dos espaços sociais. A língua de Sinais neste prisma permite ao surdo fazer o discurso, e reconhecer-se nele. O que, por conseguinte, lhe permite uma cidadania que ultrapassa, reequilibra e legitima a sua dignidade assegurada constituição.

Dignidade, que repercute na vivência comum dos sujeitos e se traduz em respeito, inclusão e pertencimento. Pois, seu arcabouço teórico e prático é constituído em conjunto e em consonância com a língua falada e escrita por toda a sociedade, permitindo a libras não ser uma língua restrita a um grupo, mais parte de uma sociedade múltipla e diversa. Portanto, é justamente este olhar que compreende a Língua de sinais fora de um projeto de inclusão ou de uma língua particular de um grupo social, para ponderar a libras em seu caráter universalista, que como qualquer outra língua cativa os sujeitos de modo que suas produções se tornem ações e adaptações temporais que validem a linguagem e os discursos pela mesma elaborada.

2 A INSERÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA COMO MARCO NA EDUCAÇÃO E NA INCLUSÃO SOCIAL

A história da língua de sinais no Brasil se inicia em 1856 com a chegada do educador surdo francês, que trouxe consigo o alfabeto manual francês e alguns sinais para o Brasil, o objetivo era a partir da língua de sinais francesa traçarem uma língua de sinais brasileira. Em 1857 com a criação do Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, e denominado o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), o surdo ganha um espaço educacional próprio para atender as suas demandas de ensino e inserção social. No ano de 1873 a primeira iconografia de sinais foi lançada e de autoria do Flausino José da Gama um aluno surdo do instituto. A mesma língua de sinais que oficializou a possibilidade de aprendizagem do surdo, se tornou no decorrer da história global europeia demonizada por muitos anos sendo substituída pelo oralismo (MONTEIRO, 2006).

Considerando o conceito de igualdade, que carrega consigo a pretensão de constituir entre os diferentes sujeitos, um espaço comum de um discurso possível, nas quais as diferenças não sejam dissolvidas e sim reconhecidas e trabalhadas, na busca de uma equidade capaz harmonizar a diversidade sem silenciá-la (BARROS, 2018), a declaração dos direitos dos humanos se figura como um cenário influenciador e norteador da educação dos PcDs (Pessoas com deficiências), dos excluídos ou dos marginalizados sociais, compreendendo o conhecimento como parte integrante, daquilo que constitui para o sujeito uma ferramenta de crescimento pessoal como afirma Claude (2005).

No Brasil o ensino dos surdos começa em 1760 com a fundação do Imperial Instituto dos Surdos Mudos, todavia, o modelo desta educação era técnico mercadológico, médico, religioso, elitista, pois, terminava sendo exclusivamente para quem possuía poder econômico para financiar os pagamentos ou era apadrinhado pelo Governo imperial. O serviço ofertado ao surdo se estabelece sem uma lei, decreto ou até mesmo um documento que administrasse ou erigisse normas claras e em nível Imperial para esta nova modalidade educacional (PINTO, 2006).

Este modelo de educação perdurou por muitos anos, e se firmou na possibilidade de treinamento do surdo para ocupação de serviços que conciliassem a sua condição e uma função: “Cabe ressaltar qual o sentido prático desta instrução, ou seja, se os surdos estavam recebendo aulas para formação profissional e assim exercerem uma função econômica na sociedade, apesar de sua deficiência auditiva” (PINTO, 2006).

A lei nº 10.098/2000 no artigo 2, inciso X já se assegura a Língua de sinais como forma de comunicação e inserção, entrelaçando a existência a um modo de estar, que permita o florescimento do sujeito nas pontes que este pode elaborar. Há em certa medida, nos parece um deslocamento, ainda que de modo discreto da ideia de incapacidade pessoal, para a limitação social, entre a primeira lei e as segundas leis promulgadas, pois estas impactam diretamente a vida dos PcDs de maneira a lhes possibilitar estar e pertencer:

É justamente pela lei nº 10.436, que será regulamentada pelo decreto 5626/2005, que a validação da língua de sinais, agora Libras, se faz como expressão e comunicação que possa conter as informações, formações e ou conhecimentos comuns de mundo, pertinentes ou não, a comunidade, dito de outra forma esta lei parece reconhecer a e fazer ecoar a dignidade e identidade da pessoa surda em sua plenitude. Nota-se que, diante do exposto, as legislações ou construções jurídicas que no tempo assistiram o sujeito surdo no decorrer da história, foram quase nulas, o que demonstra em certa medida a marginalização social e cultural que estes ainda enfrentam ao vivenciarem na vida cotidiana o acesso ao lazer, à educação, ao trabalho e a outros campos do real.

O contexto atual de inclusão conclama, não só as características já citadas do trabalho, da filosofia e da educação, como também os vieses políticos, democráticos, lúdicos, culturais e

sociais inaugurando não somente uma ruptura temporal e cultural, mais a busca pela quebra de preconceitos e supostas verdades sobre os corpos e as possibilidades dos sujeitos (BRASIL, 2014). Logo, o processo de inclusão como o enxergamos hoje, extrapola a concepção religiosa da predestinação ou maldição divina e também a médica de incapacidade física e intelectual entendendo o ato de incluir, como um mirar social que permite aos sujeitos existirem a partir e com suas diferenças, mesmo em suas limitações. Não sendo excluídos pela sociedade, que outrora o reconheciam como sujeitos descartáveis e insignificantes, por acreditarem que estes não poderiam contribuir com a sociedade na apropriação de riquezas e/ou por não serem de sangue nobre.

Nesta perspectiva a inclusão, também não se resume a adaptação especial, de conteúdo e forma de ensino ou mesmo a adequação da própria cidadania como fim último de um projeto social e virtuoso voltado aos excluídos. Isto porque, ainda que se proponha um arcabouço teórico de estudos, que evidenciem na prática os processos que codificam as barreiras de acessibilidade, a inclusão, ultrapassa o sentimento social de incluir, pois, também se afivela na busca de instrumentos que possam destituir a reprodução de desigualdade, ofertando aos desiguais um espaço para reivindicarem e lavrarem suas lutas por si só (MAZZOTTA; D'ANTINO, 2011). Isto talvez se constitua tanto na exequibilidade das políticas públicas, quanto na apropriação dessas políticas para constituírem e solicitarem programas de equidade e reconhecimento.

O Incluir neste ocaso, não é uma paisagem no qual se insere ou se aloca objetos e pessoas, nem um discurso ou uma política que insere os sujeitos no espaço e tempo de acordo com o que se pode afirmar deles, seja, sem sua opinião ou seu esforço (PONTES, 2007). A inclusão talvez possa ser a elaboração do pertencimento que reconhece a diferença do outro e não o reduz ao que possa supor dele ou ao que compõem o seu diagnóstico. Igualmente, incluir é transformar a diferença em parte de um espaço comum, autorizando a vida a existir sem barreiras, sem receios, sem reduzi-la ou limitá-la. Reconhecendo na paisagem das relações sociais a igualdade que nos faz sermos humanos em deveres e sujeitos em direitos.

A concepção de cada política, de cada discurso, cada conceito, cada possibilidade, ação ou reação se subordina necessariamente a uma escuta que territorializa e faz ecoar os múltiplos dilemas do real, em sua alienação, silenciamento e exclusão participando todos os discursos em controvérsias capazes de elaborar representatividade, pertencimento e protagonistas, como afirma Santos (2020, p. 11), “a cidadania envolve modos de identificação intersubjetiva entre pessoas e sentimentos de pertencimento criados coletivamente em inúmeras mobilizações, confrontos e negociações cotidianas, práticas e simbólicas”. Sendo assim, processo de construção da cidadania envolve processos de pertença e lutas pelas conquistas de direitos e reconhecimento como indivíduos inseridos em uma sociedade.

Portanto, tais aspectos são de uma complexidade objetiva profunda, primeiro por que as estruturas dos campos vida, sempre buscam unir-se a ao discurso dominante e legalista, se esvaziando de empatia e consolidando em supostas regras de convivência que instaura as formas imperativas do direito e da dignidade (SPAREMBERGER, 2012). E segundo por que o consumo e a produção se tornam um devir obscurantista da humanidade em sua diferenciação, almejando uma igualdade objetiva que ignora a história e a própria liberdade da existência social.

3 O ENSINO DE LIBRAS NOS ANOS INICIAIS E NO ENEM COMO INCLUSÃO DE UMA PERSPECTIVA SOCIAL

A escolarização brasileira é algo significativamente nova, tendo em vista não a sua implantação e sim a sua capacidade extensiva, isto é, considerando o público ao qual alcança e claro sua dimensão social, pedagógica e transformadora. A primeira escola fundada no Brasil, data do período da colonização indígena pelos Jesuítas no ano de 1550 segundo Nascimento (2007) e sua função não se constituía em socializar ou descortinar com o índio um conhecimento real do mundo, para este agir sobre e nele. Ao contrário, a proposta sintetizava-se em um perfil civilizatório e religioso que considerava os índios inaptos a convivência humana (FERREIRA JUNIOR e BITAR, 2000).

A educação para os surdos trouxe uma verdadeira conquista na formação de qualidade que adentra numa sociedade discriminatória. Esta tendência enfatiza os primeiros passos para a igualdade. Entende-se que, interagir e comunicar traz uma quebra do preconceito humano, ou seja, o conforto linguístico que se direciona entre o português e a Libras, contribuindo na diversidade e combatendo a discriminação. Diante disto, reforça-se que, a ideia consiste no apoio de todos os atores envolvido nesta causa que propicia situações complexas para esta comunidade com déficit de audição (GESSER, 2012).

O universo da pessoa surda é diverso, pois existem várias formas do surdo interagir, sendo elas: o uso da Língua de Sinais como primeira língua; a Língua Portuguesa como primeira língua, para os chamados surdos oralizados; o bilinguismo, para os que utilizam a Língua de Sinais como primeira língua e a Língua Portuguesa na modalidade escrita; e ainda a comunicação através do uso de gestos criados no entorno familiar para aqueles que não são oralizados e não conhecem a Língua de Sinais. Nesta perspectiva, os surdos usuários da Língua Portuguesa como primeira língua necessitam de recursos de acessibilidade específicos para sua inclusão social, tais como os aparelhos auditivos que funcionem como receptores e transmissores FM Por sua vez o surdo que utiliza a Língua de Sinais como primeira língua constrói, assim, sua identidade e manifesta sua cultura marcada pela comunicação espaço-visual, necessitando, para sua inclusão social, de intérpretes que façam a mediação de sua relação com o mundo ouvinte (PIMENTEL, 2013, p. 23 *apud* BARRETO, 2009).

Dessa maneira, para mudar esta realidade é preciso reconhecer a cultura que abrange esta comunidade com déficit de audição, não apenas como pessoas inclusivas e, sim, vivenciar toda situação que envolve esta condição humana, principalmente, tendo o aparato governamental para transformar esta exclusão, integrando as necessidades e trabalhando na conscientização da sociedade em respeito aos surdos. Percebe-se que, maioria se torna minoritária pelos preconceitos agregados pelo *bullying*. Por isso, propondo atividades estratégicas em conjunto com as políticas públicas, poderá estabelecer maneiras que diminuam a discriminação em face destes indivíduos com problemas auditivos (PIMENTEL, 2013).

A inclusão escolar é uma diversidade que abrange diversos alunos com habilidades ou necessidades especiais. Com esta priorização, toda instituição de ensino é obrigada a valorizar estas diferenças, as quais deverão estabelecer o respeito e aceitação para esses educandos. Por isso, a escola tem que está preparada para receber este grupo, principalmente, com déficit auditivo, dado que, estes estudantes com ou sem deficiência, precisa interagir e participar de forma única do ensino-aprendizagem.

Conforme García e Galvão Filho (2012, p. 60), “a pessoa com deficiência, com frequência trata-se de um direito fundamental que possibilita o exercício pleno da cidadania e o acesso a outros direitos básicos como aprender, comunicar-se, trabalhar, divertir-se etc.”

É importante enfatizar que, há uma diferença entre educação inclusiva e especial, onde a primeira estabelece um aprendizado em conjunto, ou seja, alunos com ou sem deficiência aprendem juntos em um único ambiente escolar e, ainda com professores especializados nesta área. Enquanto a segunda, se direciona especificadamente no atendimento de crianças com necessidades visual, auditiva ou física, sendo em espaços específicos, separados dos convencionais para que os mesmos tenham um acompanhamento único e com educadores preparados neste ramo (GIROTO *et. al.*, 2012).

A socialização em sala de aula é bastante comum entre os alunos, de modo que, a interação traz a construção do conhecimento. Isto constitui que, o agrupamento produz discussões ou debates que desenvolve o entendimento sobre qualquer assunto. No entanto cabe o educador atribuir conforme as necessidades dos alunos, realizar estratégias coerentes para os mesmos, visto que, atualmente, o modo de ensino-aprendizagem vem evoluindo mediante as informações dos acontecimentos, além disto, as novas metodologias estão trazendo todo contexto ligado nas tecnologias, razão esta que, traz todo crescimento necessário a ser processado nos espaços educativos (DEUS, 2013).

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como instrumento e ferramenta de mudança se insurge no campo educacional e social brasileiro, em meio a uma constância de transformações sociais, políticas e econômicas que não só evoca uma formação sólida, como também busca popularizar o ensino institucional como caminho pelo qual os sujeitos são

apresentados as epistemes, que dialogam com o mundo e o conhecimento deste, territorializando na vivência cotidiana a produção de tecnologia e ciência (MELO, 2012). Para considerarmos o papel efetivo e transformador do ENEM, cabe deveras ressaltar alguns fatos temporais que registram, não só a evolução da educação, mas, também o esforço substancial do ENEM como política pública ao reformular e impor uma didática educacional de reinvenção do país.

O ensino fundamental é a etapa mais longa da Educação Básica com 9 anos de duração, atendendo estudantes entre 6 e 14 anos. Sendo os anos iniciais que abrange do 1º ao 5º ano e os anos finais que abrange do 6º ao 9º ano.

Quanto ao ensino fundamental o BNCC destaca que:

Há, portanto, crianças e adolescentes que, ao longo desse período, passam por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais, entre outros. Como já indicado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos (Resolução CNE/CEB nº 7/2010), essas mudanças impõem desafios à elaboração de currículos para essa etapa de escolarização, de modo a superar as rupturas que ocorrem na passagem não somente entre as etapas da Educação Básica, mas também entre as duas fases do Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Anos Finais. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020, p. 57).

É também nessa fase que são ampliadas o desenvolvimento da oralidade, processos de percepção, compreensão, representação, apropriação do sistema de escrita alfabética, além de signos matemáticos, registros artísticos, midiáticos e científicos e as formas de representação do tempo e do espaço. Nos Anos Iniciais do ensino fundamental os componentes curriculares estipulam práticas diversas, principalmente, aquelas associadas às culturas infantis contemporâneas e tradicionais. Sendo que nos dois primeiros anos a alfabetização deve ser foco da prática pedagógica, pois a apreensão da leitura e escrita oferece ao estudante algo novo, ampliando a possibilidade de construção de conhecimentos diferentes, inserção da cultura além a promoção à autonomia e protagonismo da vida social.

De acordo com Gesser (2012 *apud* Coimbra e Facundo, 2020), o ensino de Libras é relevante ao processo formativo docente, porém não basta apenas concluir a formação, é necessário que os professores de Libras entendam conceitos importantes sobre a surdez e assim estarão mais preparados para lidar com a diversidade em sala de aula. Com isso é primordial a apreensão de estratégias pedagógicas auxilie na aprendizagem de alunos surdos.

Portanto, a inserção da Libras na prova do ENEM, daria maior visibilidade a língua, destacando um maior reconhecimento a luta dos surdos, trazendo a garantia do direito, e ainda que o fato promovesse uma maior oferta de trabalho. Enquanto na percepção das séries iniciais da educação, constata um importante instrumento de ensino, apesar de alguns empecilhos para a realização de tal fato, como, por exemplo, o quantitativo de professores de Libras, a baixa oferta do curso de libras e o aumento do custo para as escolas para a contratação de novos professores.

4 CONCLUSÃO

Ao término das análises desse artigo, ressalta-se que a inserção do ensino de Libras nos anos iniciais promoveria a inclusão de fato e auxiliaria na formação de um cidadão sem preconceito. Nota-se que, a inclusão do surdo dar-se-á de fato, não balizada em sua dignidade de sujeito, ainda que este se humanize, no sentido de ser considerado humano. Assim, observa-se que, configurar tal inclusão por uma necessidade de mão de obra, que agências todos os sujeitos em uma dinâmica de usabilidade tanto para produzir, quanto para integrar um mercado consumidor nascente e fecundo. Isto não excluirá, contudo, as esferas religiosas e médicas que asseguram ou traçaram a pertença nas estruturas do vivido que lugalizam o surdo no mundo.

Analisando a importância das línguas de sinais, percebe-se que há uma guerra ideológica em torno do sujeito surdo e sua linguagem, atrasou por muito tempo uma legalidade coletiva, que pudesse fazer do outro e para o outro um espaço de civilidade, de dignidade e, por conseguinte da própria língua de sinais como parte integrante da subjetividade do sujeito surdo. Somente após as duas guerras mundiais, a pretensão dos direitos humanos e variados eventos que solicitassem ao homem, sua humanidade que as pessoas diferentes foram concebidas na vida, como parte da vida.

Diante do exposto sobre a inserção da língua de sinais brasileira como marco na educação e na inclusão social, percebeu-se que, tais questões trazem preocupações no campo educacional, bem como, um entendimento inclusivo estreito que coloca a libras como mera importância de linguagem, porém, aponta um dinamismo social que incorpora um contexto que necessita de ressignificação, razão pelo qual, observa-se que há desafios que precisam ser adotados para que possam valer o direito de ensino como estar elencado nas legislações que comumente se assegura na lei nº 10.098/2000 e na lei nº 10.436/2002.

Contudo, o ensino de libras nos anos iniciais e no ENEM como inclusão de uma perspectiva social, observou-se que, essa aquisição de linguagem nessa etapa de ensino deve acontecer devido à interação social e cultural entre as pessoas, levando em consideração que tais perspectivas devem também ser introduzidas nos programas de governo. Notadamente, esse arcabouço do léxico gestual monástico possibilitou ao monge criar um conjunto estrutural e significativo de sinais, que permitia a leitura e a interpretação do mundo pelo sujeito surdo.

Dessa forma, conclui-se que, a educação tem um papel fundamental na formação do indivíduo para a construção do conhecimento. Então, é nesse processo que deve inclusão social que são considerados como tal, a inserção da língua de sinais e no ENEM, como dever de todos e esferas governamentais, no intuito de garantir o suporte necessário para atender as demandas

da sociedade. Portanto, esta linguagem é um instrumento para que o sujeito surdo possa ter sua garantia ao seu pleno desenvolvimento humano, social e educacional.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. D. A. Igualdade e diferença: uma discussão conceitual mediada pelo contraponto das desigualdades. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diálogo (bio) político sobre alguns desafios da construção da Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência do SUS/Ministério da Saúde**, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 2014.

CARVALHO, J. C. B. **Considerações sobre a aquisição da linguagem das libras e do Português escrito por surdo em um contexto bilíngue**. 2015.

CLAUDE, R. P. Direito à educação e educação para os direitos humanos. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 2, n. 2, p. 36-63, 2005.

CROMACK, E. M. P. C. Identidade, cultura surda e produção de subjetividade e educação: atravessamentos sociais. **Psicologia: ciência e profissão**, v.24, n.4, p. 68-77, 2004.

DEUS, M. L. F. **Surdez: linguagem, comunicação e aprendizagem do aluno com surdez na sala de aula comum**. Disponível em: <http://anapolis.go.gov.br/revistaanapolisdigital/wp-content/uploads/2013/05/Maria-de-Lourdes-Fonseca.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

FERREIRA JUNIOR, A.; BITTAR, M. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil colonial. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, vol. 80, n. 196, p. 472-482, Set./ Dez. 1999.

FOSTER, R. **Desfazendo Mitos e Mentiras sobre língua de sinais**. 2004.

GARCÍA, J. C. D. ; GALVÃO FILHO, T. A.. **Pesquisa Nacional de Tecnologia Assistiva**. São Paulo: ITS BRASIL/MCTI-SECIS, 2012.

GESSER, A. **O Ouvinte e a Surdez: Sobre Ensinar e Aprender a Libras**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

GIROTO, C. R. M. *et. al.* **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. São Paulo: cultura Acadêmica, 2012.

MAZZOTTA, M. J. S D'ANTINO, M. E. F. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e Sociedade**, v. 20, p. 377-389, 2011.

MELO, José Ernesto. “Seu futuro passa por aqui”: o ENEM como política avaliativa e os conhecimentos históricos exigidos. **Aedos**, v. 4, n. 11, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Vídeo provas em libras estão em fase final de produção**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/ENEM/videoprovas-em-libras-estao-em-fase-final-de-producao> Acesso em: 12 fev. 2023.

MONTEIRO, M. S. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 7, n. 2, p. 292-305, 2006.

NASCIMENTO, M. I. M. **Instituições escolares no Brasil colonial e imperial**. 2007.

PIMENTEL, A. G. L. **Autismo e escola: perspectiva de pais e professores**. Faculdade de medicina, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5162/tde-19042013-121114/publico/AnaGabrielaLopesPimentel.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

PINTO, F. B. O silencioso despertar do mundo surdo brasileiro. **Fênix. Rev. de História e Estudos Culturais**, v. 3, n. 2, 2006.

PONTES, A. C. et al. Bioética e profissionais de saúde: algumas reflexões. **Bioethikos**, v. 1, n. 1, p. 68-75, 2007.

RODRIGUES, C. S.; VALENTE, F. **Aspectos linguísticos da Libras**. Curitiba: IESDE Brasil SA, 2011.

SANTOS, L. C. dos et al. **Publicidade inclusiva: uma análise discursiva da representatividade das pessoas com deficiências sensoriais em anúncios publicitários televisivos**. 2020.

SILVA JÚNIOR, A. N. Uma análise discursiva sobre a libras e o sujeito surdo na educação. **Revista de Educação**, v. 2, n. 2, p. 111-127, 2010.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. Das significações na língua ao sentido na linguagem: parâmetros para uma análise dialógica. **Linguagem em (Dis) curso**, v. 18, n. 2, p. 307-322, 2018.

SPAREMBERGER, R. F. L.; DA SILVA LEAL, J. Da regulação à emancipação. **O Público e o Privado**, v. 10, n. 20, p. 207-235, 2012.

STAFFEN, M. R. Direito global: humanismo e direitos humanos. **Revista do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília: Escola de Direito**, v. 10, n. 1 Jan/jun, p. 178-208, 2016.